



ARGENTINA

Sindicatos exibem força contra Milei

Multidão sai às ruas de Buenos Aires e de todas as províncias, em meio à primeira greve geral enfrentada pelo governo do ultralibertário. Protestos exigem revogação de reformas econômicas impostas por megadecreto e pela chamada “Lei Ônibus”

» RODRIGO CRAVEIRO

Quarenta e cinco dias depois de ascender ao poder, Javier Milei enfrentou a primeira greve geral, seguida de uma mobilização massiva em Buenos Aires e em todas as principais cidades da Argentina — Corrientes, Rosario, Córdoba, Mendoza e Mar del Plata. A paralisação começou ao meio-dia e se encerrou à meia-noite. Convocadas pela Confederación General del Trabajo (CGT), centenas de milhares de pessoas ignoraram ameaças de retaliação do governo, desafiaram um “protocolo antipiquete” e saíram às ruas para protestar contra as modificações no regime laboral impostas pelo decreto de necessidade e urgência (DNU) e pela “Lei Ônibus”.

O pacote de 664 artigos prevê uma revolução no sistema econômico e uma ampla reforma trabalhista, com a limitação ao direito de greve, mudanças no financiamento sindical, a valorização do livre mercado e regulações sobre os aluguéis. Sem o número necessário de deputados para aprovar pontos sobre exportação que compõem a “Lei Ônibus”, a votação do texto no Congresso foi adiada para a próxima terça-feira. De acordo com a imprensa argentina, Milei excluiu ou revogou 141 artigos da legislação.

Enquanto os protestos ocorriam em todo o país, impulsionados pelo slogan “Não se vende a Pátria”, a Casa Rosada sofria nova derrota. A Justiça atendeu a um pedido da CGT e invalidou seis artigos da DNU que contemplavam modificações no contra-cheque, na não obrigatoriedade de repasse financeiro aos sindicatos e no direito de realização de assembleias.

A ministra da Segurança, Patricia Bullrich, e o porta-voz da Presidência da Argentina, Manuel Adorni, minimizaram a mobilização. “De 21 milhões de trabalhadores, apenas 0,19% se mobilizou, se considerarmos, entre os trabalhadores, a La Cámpora (organização política juvenil peronista) e as organizações sociais. Quarenta mil pessoas. Fracasso total”, escreveu Bullrich na rede social X, o antigo Twitter. As 19h de ontem, trens e ônibus de algumas empresas aderiram à greve.

Tomas Cuesta/AFP



Vista aérea do centro de Buenos Aires e da região do Congresso tomados pelos manifestantes: pressão contra medidas adotadas por Milei

Três horas antes do início da paralisação, ela provocou a CGT, a Justiça e o próprio establishment político. “Sindicalistas mafiosos, gerentes da pobreza, juízes cúmplices e políticos corruptos. Todos defendendo seus privilégios, resistindo à mudança decidida democraticamente pela sociedade e liderada, com determinação, pelo presidente Milei. Não há greve que nos detenha, nem ameaça que nos amedronte”, avisou a ministra, que criou um protocolo para impedir os manifestantes de bloquearem ruas e avenidas.

“Alguns milhares parando, alguns milhares trabalhando. Fim”, ironizou Adorni. Milei acompanhou os protestos na Quinta de Olivos, residência oficial do governo, e não se reuniu com o gabinete. Assessores afirmaram ao jornal *Clarín* que o presidente estava “tranquilo”.

Além de organizações sociais, participaram do ato em Buenos Aires os sindicatos de azeiteiros, jornalistas, associações de bairro,

entidades de defesa dos direitos humanos e trabalhadores das áreas da cultura, da saúde e da ciência. Em discurso diante do Congresso, Pablo Moyano — vice-secretário-geral do Sindicato dos Caminhoneiros da Argentina — fez uma ameaça contra o ministro da Economia, Luis Caputo. “Se continuarmos com estas medidas, os trabalhadores vão carregar o ministro nos ombros para jogá-lo no Riachuelo”, disse, ao mencionar o rio que demarca a fronteira sul de Buenos Aires.

Teste no Congresso

Para Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires, o governo Milei enfrenta seu maior teste não nas ruas, mas no Congresso. Ele lembrou ao *Correio* que o pacote de medidas econômicas da Casa Rosada não conseguiu maioria sólida, na Câmara dos Deputados, que garanta sua aprovação. “Aqui, o governo joga todas as suas fichas

em um cenário econômico e social muito complicado”, advertiu, por meio do WhatsApp.

Líder do Polo Obrero e responsável pela organização de piquetes em Buenos Aires, Eduardo Belliboni afirmou ao *Correio* que a adesão à paralisação foi massiva, principalmente por parte de trabalhadores sindicalizados. “Houve muitas organizações sociais que participaram do ato. A Plaza Congreso ficou lotada, com cerca de 800 mil pessoas, que se reuniram até a Avenida 9 de Julio. Foi uma grande mobilização, um respaldo popular à continuação do nosso plano de luta, até derrotarmos a política de Milei, o DNU e a ‘Lei Ônibus’”, disse.

Belliboni assegurou que o protocolo de Bullrich “fracassou por completo”. “Nós interrompemos o trânsito nas ruas e em avenidas, não porque tínhamos vontade de fazê-lo, mas porque a multidão ultrapassou todos os prognósticos. O protocolo inexistiu”, comentou. Ele relatou que os manifestantes

“não receberam nenhuma provocação” da polícia. “A mensagem foi contundente: não aceitaremos essa política de Milei, nem o DNU, nem as restrições das liberdades e a redução dos salários.”

Rodolfo Aguiar — secretário-geral da Asociación Trabajadores del Estado (ATE) — classificou a manifestação como “multitudinária” e “contundente” em toda a Argentina. Ele garantiu ao *Correio* que a adesão do funcionalismo público chegou a 95%. “Em todo o país, serviços ficaram restritos. Não temos dúvidas de que as ruas começaram um plebiscito sobre o programa econômico de Milei. Mobilizado, o povo começou a rechaçar o ajuste potente e repressivo que o governo pretendia impor”, comemorou, por telefone. “Apesar das tentativas de intimidação e de criminalização dos protestos sociais, o povo saiu às ruas para defender a Pátria.”

Aguiar ponderou que todos os pontos da “Lei Ônibus” prejudicam a classe operária. Segundo

ele, as medidas tentam pôr fim aos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores. “Precarizam o salário e o emprego. Nem sequer permitem realizarmos assembleias. Também proíbem a sindicalização e vetam a participação de funcionários públicos em atos políticos. Violentam todas as garantias constitucionais, além dos direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis. Se essa legislação for aprovada, a democracia cairá morta”, advertiu o dirigente da ATE.

Depois de participar dos protestos e de aderir totalmente à greve, Matías Fachal — secretário-geral da Federación Judicial Argentina (FJA) — avaliou de forma “extremamente positiva” a mobilização na maioria das províncias do país. “Nossa entidade adere à Central de Trabajadores de la Argentina Autónoma. Somos um dos principais objetivos atacados por Milei, tanto no DNU, quanto na ‘Lei Ônibus’. Esperamos que a massiva manifestação seja levada em conta pelos deputados e deputadas, no momento de apreciarem e votarem o projeto de lei”, disse à reportagem. Fachal acusou o governo de pretender submeter à venda e à privatização mais de 40 empresas do Estado, de anular a lei de aluguéis e de “rifar” o Fundo de Garantia de Sustentabilidade, o qual permite aos trabalhadores garantirem a aposentadoria.

Secretário-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha da Argentina (Sutna), Alejandro Crespo acredita que a mobilização de ontem mostra que os trabalhadores tomaram consciência da gravidade da situação econômica do país, ante a desvalorização de 130% no peso; a inflação de 25,5% em um mês; e o atraso nos salários. “Todos esses componentes visam arrasar com as conquistas obtidas por nossos pais e nossos avós. Essa geração tem a obrigação de defender toda a luta pelos direitos conquistados, a fim de deixarmos nossos filhos em situação melhor. O plano macabro de Milei busca quebrar a moral da classe trabalhadora, não apenas com a imposição de um forte ajuste, mas culpando os trabalhadores pela situação econômica e atacando os seus direitos”, comentou, por telefone.

As vozes dos líderes do movimento

Fotos: Arquivo pessoal



“Se a lei for votada nos próximos dias e aprovada pelo Congresso, nós iremos cercar o prédio da sede do Legislativo com uma mobilização. Estamos solicitando à Confederación General de Trabajo (CGT) que convoque uma nova paralisação para o dia da sessão no Congresso. Precisamos aprofundar a greve geral com a adoção de novas medidas — com previsões de paralisação para 24 horas, 48 horas, e, se necessário, por tempo indeterminado.”
Eduardo Belliboni, líder do movimento Polo Obrero e responsável pela organização de piquetes. Na foto, com punho cerrado



“A chamada ‘Lei Ônibus’ e o megadecreto de necessidade e urgência (DNU) atacam, diretamente, o emprego público e o Estado. Há uma matriz ideológica de destruição do Estado no governo de Milei. Querem debilitar e reduzir, à mínima expressão, o Estado. Sabem que, quando o Estado não existe, quem governa são as corporações. A greve geral foi exemplar. Foi uma paralisação para resistirmos, para nos defendermos dos ataques aos nossos direitos adquiridos.”
Rodolfo Aguiar (C), secretário-geral da Asociación Trabajadores del Estado (ATE)



“O governo de Javier Milei tem feito não apenas o contrário do que deveria fazer para a população, como piora substancialmente as condições de vida, salariais e trabalhistas dos argentinos. Também viola os direitos humanos, com perseguições e protocolos antiprotostos. Acredito que os protestos desta quarta-feira precisam atrair a atenção daqueles que governam, dos deputados e senadores, para frearem esse projeto de lei e esse decreto.”
Matías Fachal (D), secretário-geral da Federación Judicial Argentina (FJA)



“A tentativa de Javier Milei de produzir um choque de ataque sobre tudo o que os trabalhadores desejam piorou as nossas condições de vida. A greve desta quarta-feira, somente 45 dias depois de ele ter assumido o governo, nada tem de antecipado. O movimento tem a ver com a continuidade de um plano de luta. As ações dos trabalhadores se aprofundarão até que ponhamos fim a este plano macabro de Milei.”
Alejandro Crespo, secretário-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha da Argentina